DOI: 10.22411/rede2016.1002.08

REDE - Revista Eletrônica do PRODEMA ISSN: 1982-5528

Journal Homepage: www.revistarede.ufc.br Fortaleza, BRA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE: O CASO DE VILA BRASIL NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE AMAPÁ-BRASIL

Environmental education and sustainability- vila Brazil case in Oiapoque county, Amapá-Brazil

José Mauro Palhares[1]

RESUMO:

O presente artigo procura levantar, de modo sintético, algumas questões sobre a educação ambiental e sustentabilidade, partindo de um quadro histórico geral que aborda o despertar ecológico ocorrido nas últimas décadas do século passado até o presente momento. A Vila Brasil é um distrito pertencente ao município de Oiapoque, o qual está inserido dentro do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, e que vem passando por um processo de adaptações relacionadas à geração de renda sustentável por meio do turismo ecológico. O ICMBio permite o uso dos recursos naturais para a subsistência da população local, mas de modo sustentável sem interferir na dinâmica da natureza. A pesquisa de campo foi realizada com a contribuição dos acadêmicos do curso de Geografia do campus binacional do Oiapoque e contou com uso de máquina fotográfica, GPS e entrevistas com os moradores. A partir do exposto foi possível inferir que i) a Vila Brasil apresenta potencialidades para o desenvolvimento do turismo, sobretudo de base comunitária pode permitir o entendimento e a sensibilização desta atividade voltada para a sustentabilidade; e, ii) a população local demonstrou interesse em organizar e conquistar as atividades turísticas, que se encontram na comunidade, considerando a importância de autogestão turística, o planejamento ambiental, a visão sustentável. Os resultados obtidos contribuirão para o planejamento e a gestão do território da Vila Brasil que está inserida em uma unidade de conservação.

Palavras-chave: educação ambiental, sustentabilidade, Vila Brasil, Oiapoque.

ABSTRACT

This recent paper tries to raise, in a reduce dway, some question saboutan environmental education and sustainability on general historiclist in which it contains an ecological view occurred in the last decade sof past century until this present time. Vila Brazil is a district be longing to Oiapoque County that is located in Tumucumaque Mountain National Park. This place has some adaptation processes focused on the yieldof sustainable in come through ecological tourism. ICMBio permits the local population to use the natural sources in reason to her survival, however in sustainable way with out interfering in nature dynamic. From the foregoing it was possible to infer that i) the Village Brazil has potential for tourism development, especially community-based may allow the understanding and awareness of this activity aimed at sustainability; and ii) the local population showed interest in organizing and conquer the tourist activities, which are in the community, considering the importance of tourism self-management, environmental planning, sustainable vision. This fielder search was realize dwith the contribution by academic professional sof Geography course from Binational Campus of Oiapoque and it was worke dwith digital camera, GPS and the interviews to local habitants. The done results will contribute to a planning and a management of Vila Brazil territory thatit' sin cluded in a conservation unit.

Key words: environmental education; sustainability; Vila Brazil; Oiapoque.

[1] Professor Adjunto do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP Campus Binacional Oiapoque, E-mail: jmpalhares@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente as questões ambientais e a sua crise se impõem perante a sociedade. Um dos instrumentos apresentados como meio para minimizar, e mitigar esta problemática é a educação ambiental. No que concerne a esse assunto, é necessário estimular um processo de reflexão e uma tomada de consciência dos aspectos sociais que envolvem as questões ambientais emergentes, para que se desenvolva uma maior compreensão crítica por parte de educadores e educandos.

A esse desenvolvimento que não esgota, mas conserva sua fonte de recursos naturais e viabiliza a sociedade promovendo a repartição justa dos benefícios alcançados, é o que denominamos de desenvolvimento sustentável.

Na conferência da Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro – RIO -92, a proposta da sustentabilidade, nascida na conferência de Estocolmo em 1972, foi consolidada como diretriz para a mudança de rumo no desenvolvimento. Por meio da Agenda 21 global, 179 países presentes assumiram o desafio de incorporar em suas políticas públicas princípios capazes de conduzi-los na construção de sociedades sustentáveis.

Neste trabalho, objetivou-se estabelecer a relação entre a educação ambiental e a sustentabilidade, questão abordada com frequência em nosso cotidiano e também comumente divulgada na mídia, além de ponderar sobre ela na vida dos seres humanos. A educação ambiental pode ser uma forma de recurso do qual se pode instigar nas pessoas o interesse pela conservação e preservação do meio em que vivemos e, assim, atingir uma sustentabilidade ambiental.

A produção deste artigo é fruto de uma aula de campo realizada pelos acadêmicos do curso de Geografia do campus binacional do Oiapoque, acompanhados de alguns professores. A atividade foi realizada no período de 05 a 06 de março de 2016 objetivando observar e analisar a produção do espaço geográfico da Vila Brasil.

Durante a aula de campo, foram tratados assuntos relacionados à educação ambiental, à sustentabilidade e ao desenvolvimento de práticas para o fortalecimento de um projeto inerente ao turismo comunitário na comunidade de Vila Brasil. Também foram abordadas e discutidas as questões relacionadas à produção e ao destino dos resíduos sólidos produzidos na vila. Essa é uma das questões mais polêmicas encontradas na comunidade supraciatada.

Breve história da educação ambiental mundial

O planeta Terra é o único local de todo o sistema solar que contém vida. Não obstante a raridade cósmica, este é um fenômeno bastante comum em nosso planeta. Com isso há diferentes formas de adaptação dos seres e na biosfera.

As diferentes espécies desenvolvem características bastante especificas, perfeitamente adaptadas aos ambientes em que vivem. Esta espacialização aumenta a sua capacidade de competição com outros organismos neste determinado meio, pela alimentação, espaço, locais de proteção, reprodução, etc. Assim, como interferimos no nosso próprio destino, temos uma grande responsabilidade em relação às demais espécies que são essenciais à nossa própria sobrevivência (HERCULANO, 2000).

A relação do ser humano com o ambiente sempre teve sua essência na transformação da natureza mediante a dominação. Entretanto, como se pode constatar, esse domínio do ambiente, hoje não tem mais sentido. O ser humano não está mais no centro do universo, mas sim na periferia e, para tanto, é preciso desvencilhar desse modo de pensar e de agir, próprio de uma educação tradicional, na busca de uma alternativa pautada num processo reflexivo e crítico, com caráter político (MORALES, 2008).

De acordo com a autora supracitada, cabe reconhecer que foi diante do repensar a relação sociedade e natureza, e da necessidade de intervenção política e cultural, que as primeiras iniciativas de educação ambiental se desencadearam, como componente educativo na tentativa de deflagrar ação consciente, crítica e transformadora das posturas em relação ao modo de conceber o ambiente, o mundo e seus semelhantes, assinalando possível articulação entre as ciências naturais e as ciências humanas e sociais.

A questão ambiental vem sofrendo uma evolução histórica em suas discussões e pontos chave de reflexão, de acordo com as diferentes maneiras pelas quais o meio ambiente e a crise ambiental são percebidos.

Segundo Leis e D'Amato (1995), Grün (1996), o ambientalismo, visto como causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade, começa a surgir após a Segunda Guerra Mundial, devido às consequências das explosões atômicas e de uma série de acidentes ambientais cujas consequências foram suficientes para provocar uma grande mobilização social em defesa do meio ambiente. Aos poucos, os ideais ambientalistas/ preservacionistas foram sendo difundidos.

A primeira aparição do ambientalismo de modo significativo, em âmbito mundial, dá-se no campo científico. Já nos anos 60 do século passado, diversos grupos e organizações não governamentais foram criados e começaram a crescer de forma exponencial, como por exemplo a WWF (Fundo para a vida Selvagem) - primeira ONG ambiental (LEIS e D'AMATO, 1995).

Frente a essas manifestações, destaca-se o movimento ambientalista, que representa "Todas as formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas do relacionamento entre o homem e o ambiente natural" (CASTELL,1999). Tal movimento foi assinalado pela exigência das mudanças das condições sociais, humanas, ambientais e éticas, embasadas na crítica ao próprio modo de vida das sociedades industriais modernas.

A essa crítica surgida no interior do próprio sistema capitalista, pode-se citar a publicação do livro Primavera Silenciosa, da bióloga e jornalista Rachel Carson (1962). O livro alertou quanto ao uso excessivo de agrotóxicos, que se alastrou pelo mundo pela eficácia no extermínio das populações de insetos, assinalando o controle da natureza pelo ser humano.

Diante dessas denúncias, Rachel Carson enfatiza em sua obra que todo ser humano está sujeito ao contato com perigosos produtos químicos durante toda sua vida, e as suas fábulas marcam esse controle da natureza pelo ser humano.

Historicamente, a expressão educação ambiental (environmental education) foi utilizada pela primeira vez no evento de educação The Keele Conferenceon Education and the country side, promovido pela Universidade de Keele, na Grã Bretanha, no ano de 1965. No evento em questão, a concepção de educação ambiental estava interligada aos princípios básicos da ecologia e da conservação, revelando indícios de confusão com o ensino de ecologia (MORALES, 2008).

A Organização das Nações Unidas (ONU) em 1966 promoveu o simpósio Internacional sobre educação em matéria de conservação, evento que ocorreu na Suíça. A educação ambiental começa a ser difundida e em 1969 é fundada na Inglaterra a "Sociedade para a Educação Ambiental". Mas foi em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano em Estocolmo, na Suécia, que as discussões sobre a educação ambiental ganharam espaço com dimensões globais.

A grande discussão de Estocolmo ficou em torno da crise atual, pois se abordou o crescimento populacional, os modelos de desenvolvimento e a necessidade de se tomar medidas preventivas e efetivas de controle dos fatores que causam danos ambientais, sobretudo a poluição ocasionada pelas grandes indústrias. Em contrapartida, foi ressaltada a importância de se trabalhar a conexão entre ambiente e educação, bem como a

responsabilidade do ser humano em relação ao ambiente, solicitando a responsabilidade coletiva e individual (MORALES, 2008).

No ano de 1975, a Unesco promoveu, em Belgrado na antiga Iugoslávia, o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, cujo resultado foi o documento Carta de Belgrado que traduz uma "Nova ética Mundial", no qual focaliza a reforma dos processos e dos sistemas educacionais, centrado na constatação dessa nova ética de desenvolvimento e ordem econômica mundial.

> Uma ética que promova atitudes e comportamentos para os indivíduos e sociedades, que sejam consonantes com o lugar da humanidade dentro da biosfera; que reconheça e responda com sensibilidades às complexas e dinâmicas relações entre a humanidade e a natureza, e entre os povos (MORALES, 2008, p.15).

De acordo com a carta de Belgrado, a Educação Ambiental aparece como um dos elementos mais críticos para que se possa combater rapidamente a crise ambiental do mundo. Em 1977, aconteceu em Tbilisi, ex-URSS, a Primeira Conferência Intergovernamental sobre educação ambiental, como um dos eventos mais significativos para legitimação e institucionalização que fundamentou todo o processo da educação ambiental no mundo e no Brasil.

Essa Conferência tonou-se referência por alguns avanços na discussão socioambiental, bem como no delineamento das políticas e diretrizes desse campo, sendo que, passados algumas décadas, as finalidades e recomendações da educação ambiental estabelecidas em Tbilisi continuam vigentes e persistentes (GONZÁLES-GAUDIANO, 1997).

Em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento e meio ambiente, no Rio de Janeiro, sendo de fundamental importância para a educação ambiental brasileira, pois legou documentos importantes para a área, entre os quais, a Agenda 21, que trata da educação no capítulo 36 (Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento); o ajuste das ONGs que focaliza esse capítulo no tratado de educação ambiental para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global; e a carta da terra que serve de referência valorativa para a maioria dos educadores ambientais até hoje (MORALES, 2008).

Os números da conferência do Rio são eloquentes tendo sido o maior evento organizado pelas Nações Unidas até aquele momento por reunir delegações de 172 países, que trouxe ao Rio de Janeiro 108 chefes de estado ou governo (LAGO, 2013). Nessa conferência, a base conceitual sobre a qual se concebeu a educação ambiental, em suas dimensões teóricas e práticas, foi que:

> A educação ambiental se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômica, política, cultural e histórica, não podendo basear-se em pautas rígidas e de aplicação universal, devendo considerar as condições e estágio de cada país, região e comunidade sob uma perspectiva histórica. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade no presente e no futuro (Comissão interministerial para a preparação da conferência Rio-92 (DIAS, 1994.p.27).

Observa-se, portanto, que a educação ambiental, no contexto mundial, afirma e reafirma a necessidade de se considerar as diversas dimensões, tornando-se visível a abordagem interdisciplinar e sistêmica que impera nesse novo saber ambiental. Pode-se afirmar que o discurso da educação ambiental, com a sua institucionalização, acompanha uma corrente conservadora (DIAS, 1994). Portanto, a educação ambiental se apresenta dentro de

um discurso superficial e ingênuo, que vem ao encontro do discurso dos segmentos dominantes e hegemônicos.

De acordo com Guimarães (2000) e Morales (2008), existe certa intencionalidade pelas classes dominantes em tornar hegemônica a visão da educação e, consequentemente, fazer da educação ambiental um projeto positivo para todos que se conformam com o sistema neoliberal. Assim, desenvolve-se uma visão homogênea sobre a educação ambiental, trazendo-a como resposta à crise ambiental e como vínculo linear entre educação e desenvolvimento.

Sob esses reflexos do cenário mundial, a educação ambiental, no Brasil ganha destaque no cenário político na década de 1970, com a manifestação do movimento ambientalista como oposição às empresas multinacionais que se instalavam no território nacional, com o rótulo de promover o desenvolvimento. Nesse sentindo, destaca-se que o processo formativo estabelecido pela educação ambiental busca, por meio da interdisciplinaridade e complexidade, contribuir para a formação de sujeitos políticos, capazes de pensar e agir criticamente na sociedade, buscando nas vias de emancipação e de transformação social.

O que é sustentabilidade?

Pode-se dizer que o termo "sustentável" se relaciona aquilo que é capaz de sustentar, isto é, de manter por si mesmo, suportar ou amparar. Logo, sustentabilidade seria a qualidade daquilo que é sustentável ou, em outras palavras, suportável; durável ou capaz de garantir a sua própria existência prolongada. De acordo com Alva (1997), deve ser entendida como um conceito ecológico, isto é, como a capacidade que tem um ecossistema de atender às necessidades das populações que nele vivem; ou ainda como um conceito político que limita o crescimento em função da dotação de recursos naturais, da tecnologia aplicada no emprego destes e do nível efetivo do bem-estar da coletividade. Trata-se de conceitos complementares: a partir de certa capacidade de sustentação para suprir o aumento da população, controlar a elevação dos níveis de consumo e garantir os padrões de qualidade de vida.

A partir da década de 1980 que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a abranger, além do ecológico, os fatores social e econômico. Em 1987, a comissão Bruntland divulgou o relatório OUR Common Future (Nosso futuro comum) que registrava um balanço do modelo de desenvolvimento mundial, apresentando como aspectos positivos: a crescente expectativa de vida, a queda da mortalidade infantil, o maior grau de alfabetização e as inovações científicas que possibilitavam inclusive o aumento de produção de alimentos. Como negativos, apontava para: o crescente processo de desertificação, o desaparecimento das florestas, a ameaça da camada de ozônio e o aumento da temperatura devido ao efeito estufa, além de declarar que os sistemas econômicos e sociais não poderiam simplesmente se desligar dos recursos naturais (MORALES, 2008).

Segundo Villeneuve (1992), esse tipo de desenvolvimento consistiria em assegurar uma gestão responsável dos recursos de forma a preservar os interesses de gerações futuras e, ao mesmo tempo, a atender às necessidades atuais. Trata-se de um desafio particular e estimulante para os indivíduos e coletividades, sendo necessário enfrentá-lo o mais cedo possível, pois, à medida que o tempo passa, torna-se cada vez mais difícil implementar as medidas necessárias à sua efetivação.

A sustentabilidade urbana implica em uma equação entre as demandas ambientais e as necessidades de desenvolvimento, o qual não pode ser feito a qualquer preço e, muito menos, comprometendo o espaço e recursos da cidade e do campo. Conforme Helene e Bicudo (1994), trata-se de uma simbiose de gestão ambiental e desenvolvimento econômico, por meio de um processo sustentável de mudança contínua.

Neste a manutenção dos processos ecológicos, da diversidade biológica e do meio físico, garantida pelo manejo cuidadoso dos recursos naturais, seria essencial em sociedades que desejam se tornar sustentáveis. Em uma área urbana sustentável, deve-se considerar todo o ciclo da vida dos produtos, desde as fontes de matéria prima, produção, distribuição, utilização e rejeitos, bem como os impactos ambientais que os acompanham, incluindo o consumo energético, descarte e contaminação dos solos, água e ar (BRANCO, 2008).

Deve-se também promover a educação ambiental, pois somente com intenso esforço em direção da conscientização ambiental, de forma abrangente e integrada às diversas disciplinas, que será realmente possível transformar posturas e alcançar objetivos.

Vale destacar e ressaltar que diante de toda a questão relacionada com a sustentabilidade é pertinente a introdução da Agenda 21 local. Este documento vem estabelecendo metas e concretizando ações, face a urgência de mudanças do padrão de vida insustentável predominante em nosso planeta. Possui um roteiro metodológico sugerido pelo Ministério do Meio Ambiente. Este processo pode começar tanto por iniciativa do poder público quanto por iniciativa da sociedade civil (BRANCO, 2008).

De acordo com Branco (2008), de fato, a Agenda 21 local pode-se tornar documento de referência para a construção ou revisão de planos diretores, de orçamentos participativos municipais, de zoneamento ecológico econômico, entre outros instrumentos de gestão, contribuindo, dessa maneira para a integração de ações de diferentes instituições em uma mesma localidade. A proposta, organizada e disponibilizada à população por meio da publicação "Passo a passo da Agenda 21 local", traz o roteiro organizado de forma didática em seis etapas (BRANCO, 2008).

1º passo: Mobilizar sociedade e governo;

2º passo: Criar o fórum da Agenda 21 local. O ato de criação deste arranjo institucional de participação se dá por ato normativo do poder público local e a sua composição deve ser compartilhada entre os diversos segmentos da sociedade civil e do governo;

3º passo: Elaborar o diagnóstico participativo, envolvendo o conhecimento técnico-científico e o saber popular para compor uma peça que retrate suficiente e minimamente as características e temáticas relevantes da localidade.

4º passo: Elaborar o plano local de desenvolvimento sustentável. Envolve discutir os conflitos e as potencialidades do local, compor negociações e, por consenso, pactuar propostas sobre os temas relevantes, co-responsabilizando os atores locais para a sua execução, afim de compor um plano estratégico de ação para a localidade;

5º passo: Implementar o plano local de desenvolvimento sustentável.

6º passo: Monitorar, avaliar e rever o plano local de desenvolvimento sustentável. Tarefa contínua e permanente do fórum da Agenda local.

CARACTERIZAÇÃO DA VILA BRASIL

A Vila Brasil é um distrito do município de Oiapoque criado em 2011, localizada na margem direita do rio Oiapoque no extremo Norte do Estado do Amapá, o qual está situada em terras do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e faz fronteira com a cidade de Camopi do lado francês pertencente ao Parque da Amazônia Guianense. A figura 1 apresenta a localização da Vila Brasil inserida no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.

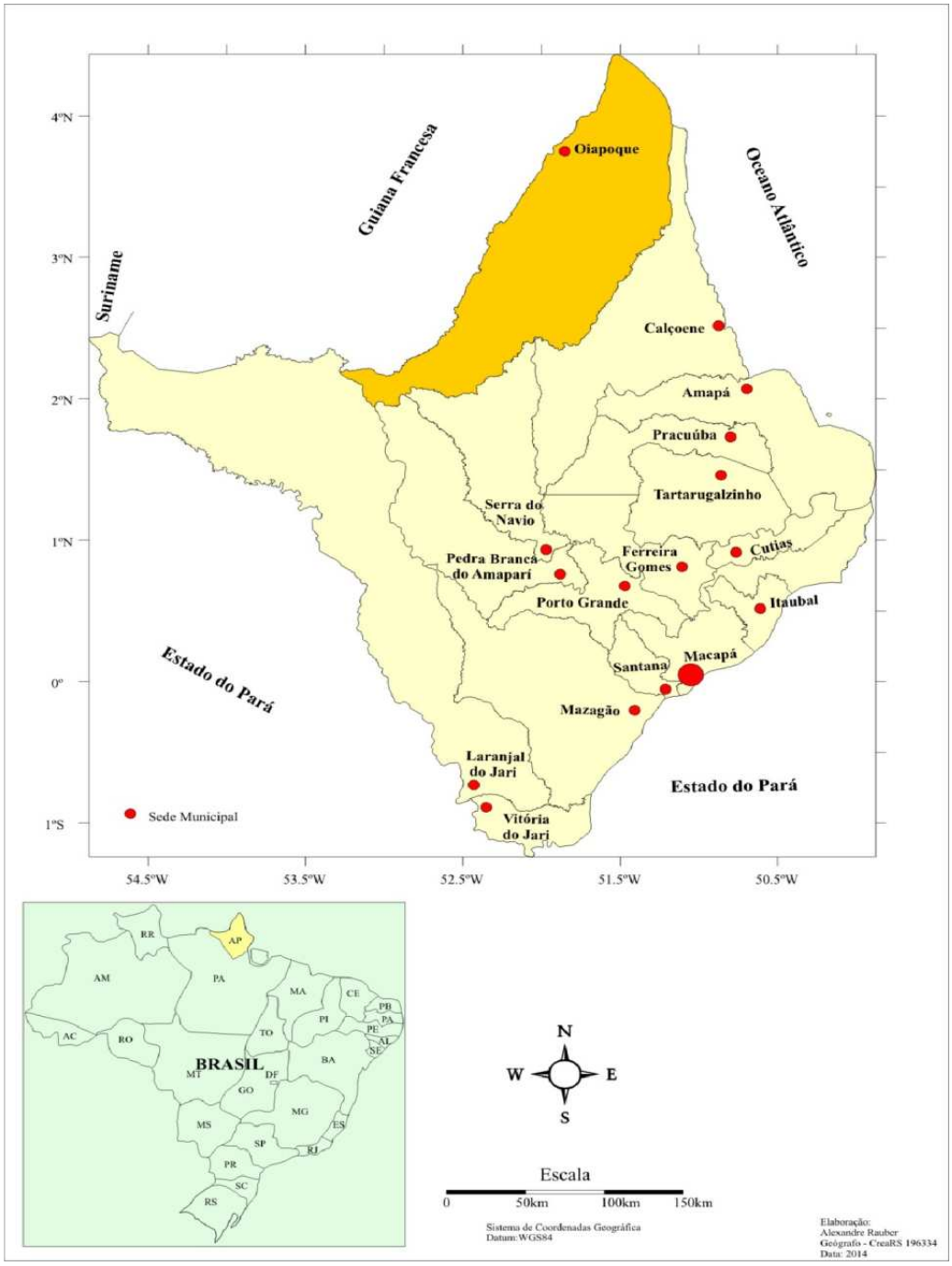


Figura 01. Mapa de localização do município de Oiapoque. Fonte: Rauber, 2014.

Distante 105 quilômetros da sede do município, seu acesso é realizado pelas corredeiras do curso médio do Rio Oiapoque, que é constituído de inúmeros blocos rochosos que dificultam a viagem até a vila, a qual dura em média de 3 a 7 horas, dependendo do caudal do rio. A comunidade de Vila Brasil, segundo alguns relatos, surgiu em meados da década de 1930, por meio de serviços oferecidos à proteção dos índios, e que hoje a localidade sobrevive das relações comerciais entre os próprios moradores e os índios wãpi (BRASIL, 2007).

A maioria da população da Vila Brasil é formada por comerciantes, oriundos de vários estados brasileiros, que mantêm relações comerciais com a população local e da Guiana Francesa. Estes chegaram à vila a procura de melhores condições de vida, pois nesta época o

ouro era o principal atrativo da região. Além dos comerciantes, há também outros moradores que vivem na Vila como os índios pertencentes a várias aldeias entre elas a do povo wãpi.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque foi criado em 22 de agosto de 2002, compreendendo cinco (5) municípios do Estado do Amapá: Laranjal do Jarí, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Calçoene e Oiapoque, além de parte do município de Almeirim no Estado do Pará. Possui extensão territorial de 3.867.000ha ou 38.670km² (AMAPÁ, 2004).

Com a criação do parque, mudou totalmente a rotina da comunidade que já vivia na vila. Pois, não é permitido, a habitação humana em parques nacionais, porque são unidades de conservação de proteção integral, ou seja, uma categoria que não permite a moradia de pessoas. Desde então a população vem sofrendo com a questão da terra, a qual precisa ser limitada para não causar impactos ao meio ambiente.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) reconheceu o direito da população de permanecer no local, pois a Vila surgiu na década de 1930, bem antes da criação do Parque. Essa permanência na área está condicionada a certas condições. Os moradores devem realizar atividades que possa atrair o turista para a visitação na área de conservação sem causar nenhum impacto. Por outro lado, o mercado capitalista põe em risco a preservação da natureza (SOARES e CHELALA, 2009).

A unidade de conservação possui a visão de preservação da natureza, minimização dos problemas ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população (MORALES, 2008). Esta mesma instituição esclarece que, entre as contribuições das unidades de conservação para seres humanos, destacam-se: regulação da quantidade e qualidade de água para consumo; fertilidades dos solos e estabilidade das encostas (relevo); equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar; alimentos saudáveis e diversificados; base para a produção de medicamentos para doenças atuais e futuras; áreas verdes para lazer, educação, cultura e religião; e fornecer matéria-prima.

Segundo Mccool e Haynes, 2002 *apud* Takahashi (2016), as áreas protegidas possuem intensa atração para os turistas com visão ambientalista, que procuram as atividades turísticas no meio natural. O desafio da realização das atividades turísticas em áreas protegidas, entretanto, é que, enquanto os turistas possuem as oportunidades de realizar as atividades desejadas no meio natural, necessitam também garantir a valorização e a manutenção ambiental e a conservação da área.

Em virtude das preocupações da justiça social e dos problemas ambientais, há uma necessidade crescente de se desenvolver um turismo menos impactante ao meio ambiente. O aumento do interesse da sociedade por um turismo sustentável é a resposta destas preocupações.

Ressalta-se ainda que, em decorrência dessa modalidade de turismo, torna-se essencial estimular a estratégia, como um caminho para atingir o desenvolvimento sustentável. É muito importante planejar o turismo, considerando as diversas dimensões e a complexidade, decorrente de sua interdisciplinaridade.

Outro fato que despertou muita atenção foi o dos resíduos sólidos produzidos na vila. Semanalmente com o auxílio de catraias (embarcações a motor) os resíduos são transportados a cerca de 3 quilômetros a jusante do rio Oiapoque em sua margem direita, todo esse material é depositado em uma antiga vala que era explorada durante a extração do ouro décadas atrás.

Constatou-se que não há coleta seletiva na comunidade, portanto, todo o tipo de resíduo se mistura com entulhos entre outros. Essa não é em hipótese alguma a destinação correta desse tipo de material, pois o lixão da vila está localizado as margens do rio, com grande de chance de estar contaminando o curso do rio principalmente às comunidades a jusante. Portanto faz-se necessário com planejamento e investimento adotar a prática da coleta seletiva, proporcionando que este resíduo possa chegar até a cidade de Oiapoque, dando uma destinação final correta, a exemplo o aproveitamento com a reciclagem.

Atualmente a principal atividade socioeconômica desenvolvida no local está ligada ao comércio, realizado intensamente com os índios que habitam o outro lado da margem do rio Oiapoque a Vila Camopi, na margem francesa, sendo que a moeda em circulação é tanto em real quanto em euro (FIGUEIREDO, 2006).

A Vila oferece características fundamentais para a realização do turismo, pois pousadas e restaurantes além de uma bela paisagem, tanto para apreciar quanto para conhecer as informações históricas da área, aliado à possível parceria com a Vila de Camopí, do lado francês, que também está inserida em área protegida, formando assim um complexo turístico no corredor ecológico na fronteira. (GALLOIS, 2008). A figura 02 mostra aspectos da Vila Brasil.



Figura 02. Vista parcial da Vila Brasil, março de 2016.

Foi realizada pela primeira vez uma expedição com acadêmicos e professores da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, Campus Binacional do Oiapoque. Durante a aula de campo, foram realizadas várias atividades como filmagem, entrevistas e fotografias dos moradores e um debate sobre o modo de vida junto à comunidade local. Entre os vários assuntos tratados durante as atividades, foi abordado e discutido o desenvolvimento do turismo comunitário dentro de uma unidade de conservação ambiental.

De acordo com Soares e Chelala (2009), as atividades exercidas na Vila Brasil causam impactos diretos ao meio ambiente principalmente àqueles relacionados aos resíduos sólidos produzidos pela própria comunidade, isso vem chamando a atenção dos órgãos competentes envolvidos com a questão ambiental. Os mesmos acreditam que a Vila Brasil por ser uma comunidade que não depende diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, exerça relativa influência sobre as transformações ambientais na região.

Uma pequena parcela dos resíduos sólidos produzidos pela comunidade são enterrados ou queimados ali mesmo. Por outro lado, existe um lixão a céu aberto na localidade que recebe todos os tipos de lixo produzido na vila, na Ilha Bela, e até mesmo da Vila de Camopi pertencente ao lado francês. Esse é um dos principais problemas enfrentado pela comunidade local, o qual vem chamando a atenção dos órgãos ambientais.

Com isso, a comunidade tem buscado espaços para participar e decidir conjuntamente o destino de suas vidas. Os mesmos demonstraram autonomia para defender seus próprios interesses, buscando resolver seus problemas, por meio de uma ação organizada e participativa, para influenciar a conjuntura política das relações entre os órgãos políticos e sociais envolvidos.

Segundo o ICMBIO, a comunidade só poderá permanecer na vila através de atividade que não cause impacto ao meio ambiente, a exemplo o desenvolvimento do turismo comunitário sustentável na região como trilhas, pesca esportivas, além de outras atividades sustentáveis. As figuras 03 e 04 apresentam a paisagem que a Vila Brasil oferece para a prática do turismo sustentável.



Figuras 03 e 04. Paisagens da Vila Brasil, março de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão da educação ambiental no cenário mundial e nacional, observa-se um avançar na discussão de uma educação ambiental como prática educativa socioambiental crítica, que seja capaz de aprender a complexidade ambiental, reconhecendo que o ato de perceber o mundo parte do próprio ser de cada sujeito, identifica a informação, contempla o mundo como potência e possibilidade e entende a realidade como construção social (LEFF, 2002).

Portanto, a educação ambiental é uma forma de obter-se a sustentabilidade, pois esta pode recuperar o desenvolvimento para determinados fins e ações que propiciam a sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável não se caracteriza como um estado fixo de harmonia, mas como um processo constante de transformação, no qual a exploração de recursos naturais, o gerenciamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais deverão ser compatíveis tanto com as necessidades do presente quanto às potencialidades do futuro (FRANCO, 2001).

Deste modo, conclui-se que a sustentabilidade ambiental de um sistema está associada ao uso dos recursos renováveis. Quando se mantêm as estruturas produtivas visadas por um apoio vital em recursos renováveis se garante uma renovação dos mesmos. Sendo assim, a comunidade terá um modelo de sustentabilidade e ao mesmo tempo a garantia de rendimentos econômicos para todos que serão duráveis ao longo dos anos.

O trabalho empírico realizado por acadêmicos e professores na Vila Brasil revelou que a potencialidade para o desenvolvimento do turismo, sobretudo de base comunitária pode permitir o entendimento e a conscientização desta atividade voltada para a sustentabilidade.

As características socioambientais da Vila Brasil poderão atrair turistas, principalmente àqueles que buscam o contato mais próximo com a natureza, a cultura, os moradores locais, entre outros. Salienta-se também a importância de conservar as características da Vila Brasil ao longo do processo do turismo comunitário, evitando a transformação da comunidade para o destino turístico semelhante ao que ocorreram em outras regiões do país, provocando transformações com fortes impactos negativos.

Os problemas ambientais da Vila Brasil estão relacionados principalmente ao mal acondicionamento dos resíduos sólidos produzidos pela comunidade. Dessa forma, acredita-se que através do desenvolvimento do turismo na Vila Brasil, essa situação poderá mudar para uma perspectiva sustentável. A população local mostra interesse em organizar e conquistar as atividades turísticas, que se encontram na comunidade, considerando a importância de autogestão turística, o planejamento ambiental, a visão sustentável, entre outros. Encontram-se, no entanto, algumas dificuldades para a Vila Brasil, no decorrer das práticas de turismo, como a ausência de lideranças, articulação e planejamento.

Com isso, ao se ter uma visão integrada do meio ambiente, no qual vivemos, entende-se que nós constituímos parte integrante do mesmo e nessa ótica de desenvolvimento sustentável fica evidente que se pode ter o progresso material com a conservação dos recursos e serviços ecossistêmicos por sucessivas gerações.

REFERÊNCIAS

ALVA, E, N. **Metrópoles (In)Sustentáveis.** Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1997.

AMAPÁ. **Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Comissão Especial do Parque do Tumucumaque. Macapá: Assembléia Legislativa do Estado do Amapá, 2004.

BRANCO, S. M. R. A Agenda 21 e o desafio do século. In: **Cadernos Temáticos da Diversidade**. Curitiba, 2008.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras Providências. Brasília, DF 2007. 57 pg.

CARSON, R. **A Primavera silenciosa**. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

CASTELLS, M. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra. V.II, 1999.

DIAS, G, F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Global, 1994.

FRANCO, M de A, R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

FIGUEIREDO, S, S. **Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. Levantamento Socioeconômico. 2006.

GALLOIS, D. T. **Levantamento histórico – Cultural**: Parque Montanhas do Tumucumaque. Macapá: ARPA/FUNBIO/MMA, 2008.

GONZÁLES- GAUDINO, E, J. **Historia y conceptos aveinteaños de Tbilisi**. México: sistemas técnicos de edición, 1997.

GRÜN, M. **Ética e educação ambiental:** a conexão necessária. Campinas: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental:** no consenso um embate? Campinas: Papirus, 2000.

HERCULANO, S, C. **A Consciência da solidariedade**. In: Tamaio, Irineu e Sinico, Sandra. Educação Ambiental: 6 anos de experiência. São Paulo: WWF Brasil, 2000.

HELENE, M, E, M; BICUDO, M, B. **Sociedades sustentáveis**. São Paulo: Scipione, Cenário Mundial, 1994.

LAGO, A, A, C. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável**. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2013.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEIS, H, R; D'AMATO, J, L. O Ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: Cavalcanti, C. **Desenvolvimento e Natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: CORTEZ; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

MORALES, A, G, M. Processo de institucionalização da educação ambiental. In: **Cadernos Temáticos da Diversidade**. Curitiba-PR.2008.

SOARES, C, L. CHELALA, C. O caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. PRACS: **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Nº 2. Dez. Macapá, 2009.

TAKAHASHI.S. Estratégia da gestão turística de base comunitária em unidade de conservação: A Arie da Vila do Estevão, Aracati-CE. **Dissertação de mestrado.** Universidade Federal do Ceará- Fortaleza. 2016.

VILLENEUVE, C. Uma Causa pessoal: todo cidadão pode contribuir para a preservação dos sistemas que sustentam a vida em nosso planeta? In: **O Correio da Unesco**, ano 20, N: 01, janeiro. 1992. p.15-22.